PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

OBRAS PÚBLICAS
LEI 8666/93 – CONCEITOS E DESAFIOS

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

MISSÃO INSTITUCIONAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

É a Secretaria responsável pela contratação de projetos , consultorias e obras , também por todo o acompanhamento e fiscalização destas contratações do município.

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

LICITAÇÃO

É um **procedimento administrativo** pelo qual a **Administração Pública**, pretendendo alienar, adquirir ou locar bens, realizar obras ou serviços, outorgar concessões, permissões de obra, serviço ou uso exclusivo de bem público, segundo condições por ela estipuladas previamente, convoca interessados na apresentação de propostas.

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

LEGISLAÇÃO FEDERAL APLICÁVEL

Lei Federal nº 8.666/93 e alterações - LLC

Lei Federal nº 10.520/02 – Lei do Pregão

Lei nº 123/06 - Estatuto das MPE's

Lei nº 147/14 – Altera a Lei Complementar nº 123/06

Lei nº 155/16 – Altera a Lei Complementar nº 123/06

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL APLICÁVEL

Lei Complementar Municipal nº 56/08 – ME/EPP

(estabelece tratamento diferenciado as ME/EPP's)

Decreto nº 11.327/11 – LICITA MOGI
(estabelece tratamento diferenciado e simplificado nas contratações públicas as ME/EPP's)

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

DAS MODALIDADES

Art. 22 - São modalidades de licitação (Lei 8.666/93):

I – concorrência;

II – tomada de preços;

III – convite;

IV – concurso;

V – leilão.

Pregão (Lei 10.520/02).

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

MODALIDADES

Art. 23 - As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo 22 serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

MODALIDADES

MODALIDADE	OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA (Art. 23 inc. I)	OUTROS SERVIÇOS (Art. 23 inc. II)
Convite	Até R$ 150.000,00	Até 80.000,00
Tomada de Preços	Até R$ 1.500.000,00	Até 650.000,00
Concorrência	Acima de R$ 1.500.000,00	Acima de R$ 650.000,00

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

NOVOS VALORES LIMITE PARA AQUISIÇÕES PÚBLICAS POR MEIO DE LICITAÇÃO (alteração na Lei nº 8.666/1993)			
	CONVITE	**TOMADA DE PREÇOS**	**CONCORRÊNCIA**
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA	ANTES: Até R$ 150 mil	ANTES: Até R$ 1,5 milhão	ANTES: Acima de R$ 1,5 milhão
	AGORA: Até R$ 330 mil	**AGORA: Até R$ 3,3 milhões**	**AGORA: Acima de 3,3 milhões**
DEMAIS LICITAÇÕES (COMPRAS E SERVIÇOS, EXCLUINDO-SE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA)	ANTES: Até R$ 80 mil	ANTES: Até R$ 650 mil	ANTES: Acima de R$ 650 mil
	AGORA: Até R$ 176 mil	**AGORA: Até R$ 1,43 milhão**	**AGORA: Acima de R$ 1,43 milhão**

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

CONCORRÊNCIA

Art. 22 ...

§ 1º Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

TOMADA DE PREÇOS

Art. 22 ...

§ 2º Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

C O N V I T E

Art. 22 ...

§ 3º Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

C O N C U R S O

Art. 22 ...

§ 4º Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

L E I L Ã O

Art. 22...

§ 5º Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

PREGÃO (Lei nº 10.520/02)

Art. 1º - Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

MODALIDADE NO PREGÃO

À exceção das modalidades da Lei 8.666/93, a modalidade Pregão (Lei 10.520/02) será definida pelo seu objeto, que deverá ser obrigatoriamente "bens ou serviços comuns", independentes de seu valor.

Poderá ser o pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, nos termos de regulamentação específica.

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Art. 24 - É dispensável a licitação:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso I do artigo 23 (até R$ 15.000,00)novo R$ 33.000,00, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços de mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

DISPENSA DE LICITAÇÃO

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo 23 (até 8.000,00) novo R$ 17.600,00 e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Art. 25 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

DOS PRAZOS

Art. 21 § 2º - O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será:

I – quarenta e cinco dias para:

a) concurso;

b) concorrência, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo “melhor técnica” ou “técnica e preço”;

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

DOS PRAZOS

II – trinta dias para:

a) concorrência, nos casos não especificados na alínea “b” do inciso “I”;

b) tomada de preços, quando a licitação for do tipo “melhor técnica” ou “técnica e preço”;

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

DOS PRAZOS

III – quinze dias para a tomada de preços, nos casos não especificados na alínea “b” do inciso “II”, ou leilão;

IV – cinco dias úteis para convite.

Pregão – oito dias úteis (Lei 10.520/02).

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

LICITAÇÕES E CONTRATOS À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

MOGI DAS CRUZES - JUNHO/2015

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

Procedimentos Preliminares

OBJETO

- **Definição**: caracterização da modalidade **pregão** em função da natureza **'comum'** do **objeto**.
- **Decreto Estadual nº 56.565/10** – **exclui** da modalidade **pregão**:

* **locações** imobiliárias, **alienações** em geral, contratações de **obras**;
* **serviços** de **engenharia/arquitetur**a de **natureza intelectual**.

Ex: projeto básico e executivo; parecer e perícia; assessoria ou consultoria técnica; fiscalização, supervisão e gerenciamento de obra ou serviço.

- **Aglutinação**: serviços e bens de **natureza distinta** e de **segmentos diferentes** de mercado.

Ex: softwares e mobiliários; coleta de lixo domiciliar e hospitalar.

- **Critério de julgamento**

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

Procedimentos Preliminares

OBJETO

- **Licitação sustentável**: Art. 3o da Lei 8666/93, com redação alterada pela Lei 12349/10: “A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e **a promoção do desenvolvimento nacional sustentável** e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

Procedimentos Preliminares

OBJETO

- **Licitação sustentável**:
- Não está relacionada somente a questões ecológicas, mas também a aspectos sociais e econômicos.
- O Poder Público pode influenciar o mercado.
- O objeto licitado deve ser pensado sob o prisma do seu ciclo de vida: produção, manutenção e descarte.
- É economicamente viável?
- Como o edital pode tratar o assunto?

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

Procedimentos Preliminares

ORÇAMENTO

- **Pesquisa de preços**: explicitar as **fontes utilizadas**.

Ex: BEC, CADTERC , SIURB, FDE ou SINAPI, contrato anterior, preços registrados pela própria Administração.

- **Defasagem do orçamento**: compromete a comprovação do preço praticado no mercado a adoção de **orçamentos** com data **superior** a **seis meses** contados até a divulgação do edital.

Vide: TCs 60/989/13 e 76/989/13 (Pleno de 27/02 e 03/04/13).

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

Procedimentos Preliminares

ORÇAMENTO

- **Divulgação**: no edital ou em seus anexos, do **orçamento total** (**estimado** ou **máximo**) – mas não da planilha de quantitativos e custos unitários – visando:

* aferir a regularidade da exigência de **capital/patrimônio** líquido mínimo, da **redução** mínima entre **lances** (entre 0,5% e 1,0%) e da **exequibilidade** e **aceitabilidade** das **propostas**;

* prestigiar os princípios da **isonomia**, da **publicidade** e da **transparência**.

Vide: TC-1024/989/12 (Pleno de 26/09/12) e TC-1134/989/12 (Pleno de 12/12/12)

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

Limites Legais às Exigências de Habilitação
HABILITAÇÃO JURÍDICA

- **Licença/Alvará de Funcionamento**: diz respeito ao sujeito licitante (**art. 28, V** da **Lei nº 8.666/93**) e não à sua aptidão técnica para execução do objeto (**art. 30, IV** da **Lei nº 8.666/93**).

* Verificar, em cada caso, se a autorização/licença/alvará/registro é **condição *sine qua non*** para o **exercício** da **atividade** empresarial no ramo do objeto licitado, conforme **previsão** em **lei** ou **norma**.

Ex: Aquisição de combustíveis (TC-10239/026/09 - Pleno de 01/04/09);
Comercialização de medicamentos (TC-28547/026/07 - Pleno de 29/09/09);
Segurança e vigilância patrimonial (TC-703/013/10 - Pleno de 10/11/10);
Fornecimento de gêneros alimentícios (TC-96/989/13 - Pleno de 20/03/13).

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

Limites Legais às Exigências de Habilitação
REGULARIDADE FISCAL

(Lei nº 8.666/93 – art. 29)

- **Certidões Negativas**: deve-se exigir **prova de regularidade**, admitindo-se "Certidões Positivas com Efeito de Negativa" (**art. 206** do **CTN**);
- **Tributos Estaduais e Municipais**: exigência deve ser atinente ao **objeto** e à **atividade** licitada;
- **Comprovação de regularidade** deve ser feita pela **empresa** que efetivamente irá **cumprir** o **contrato** (**matriz** ou **filial**).

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

Limites Legais às Exigências de Habilitação
REGULARIDADE TRABALHISTA

- **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas** (Lei nº 12.440/11):
* **Exigível** também em licitações na modalidade **pregão**.
Vide: TC-650/003/12 (Consulta - Pleno de 10/10/12);
Comunicado SDG nº 13/2012 (DOE de 16/03/12).
*Recomendável **confirmar**, na **sessão pública**, a **regularidade trabalhista** das licitantes, pois a **CNDT** é **atualizada** a cada **2 (dois) dias**.
Vide: Resolução TST nº 1470/2011.

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

Limites Legais às Exigências de Habilitação
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

(Lei nº 8.666/93 – art. 30)
- **Súmula nº 23** (**art. 30, §1º, I**): prova de **capacidade técnico- profissional** que se aperfeiçoa mediante (obras e serviços de engenharia)
- apresentação da **CAT** (Certidão de Acervo Técnico)
Obra (**ART**) + Serviço (**ART**) = **ACERVO TÉCNICO**
Para comprovar experiência, o profissional solicita junto ao CREA a **CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO (CAT)**
- **Definição**, no **edital**, das **parcelas** de **maior relevância técnica** e de **valor significativo** (**art. 30, § 2º**).

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

Limites Legais às Exigências de Habilitação
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

(Lei nº 8.666/93 – art. 30)
- **Súmula nº 24** (**art. 30, II**): prova de **capacidade técnico-operacional** que se aperfeiçoa mediante:
- **atestados** fornecidos por **pessoas jurídicas** de **direito público** ou **privado** e **registrados** nas **entidades profissionais competentes**;
- admitindo-se a imposição de **quantitativos mínimos** de **50% a 60%** da execução pretendida ou **percentual tecnicamente justificado**.

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

Limites Legais às Exigências de Habilitação
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
(Lei nº 8.666/93 – art. 30)

Profissional

Súmula 23

Atestado de Responsabilidade Técnica

Parcelas de maior relevância e de valor significativo

Operacional

Súmula 24

Atestado emitido por PJ de direito público ou privado registrado nas entidades profissionais competentes

50% a 60% da execução pretendida

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

Limites Legais às Exigências de Habilitação
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- **Visita Técnica** (**art. 30, III**): prova de **conhecimento** das **condições locais** para o cumprimento do objeto da licitação:
* Só pode ser **exigência de habilitação** quando a **complexidade** ou **natureza** do objeto a justifiquem;
* **Marcação** de **mais** de **uma data** para vistoria, com possibilidade de **agendamento**, preferencialmente **intercaladas** entre si;
* Estipulação de **data única** somente em **casos excepcionais**, nos quais haja **justificativas** de **ordem técnica**;
* **Indicação** do **profissional responsável** pela vistoria.
Vide: TC-1246/989/13-1 (Pleno de 28/08/13)

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

Limites Legais às Exigências de Habilitação
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA
(Lei nº 8.666/93 – art. 31)

- **Garantia para Licitar** (**inc. III**):
- Recolhimento - deve observar prazo legal entre publicação do edital e entrega das propostas;
- **Comprovante** - é documento de habilitação;
- **Devolução** - após a homologação do certame;
- **Capital Social** (**§§ 2º e 3º**): **admissível** exigir que seja **integralizado** e não subscrito;
- **Índices contábeis** (**§§ 1º** e **5º**): considerar o **ramo** de **atividade** compatível com o objeto licitado.

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

Limites Legais às Exigências de Habilitação
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA
(Lei nº 8.666/93 – art. 31)

- **Capital Social** e **Garantia para Licitar**: **base** de **cálculo**

	BASE DE CÁLCULO EM RELAÇÃO À NATUREZA DO OBJETO		
EXIGÊNCIA[1]	SERVIÇOS DE CARÁTER CONTINUADO	CONTRATO DE ESCOPO	CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO E PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA
Capital Social (≤ 10%) e Garantia para Licitar (≤ 1%)	Sobre o período máximo de vigência do crédito orçamentário (12 meses)	Sobre o período total da vigência inicial do ajuste	Sobre o montante de investimentos a serem realizados (e não o valor total a ser arrecadado) pelo futuro concessionário

[1] Percentuais calculados sobre o valor estimado da contratação.

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

Conformidade das Propostas
<u>AMOSTRAS</u>

- **Admissibilidade** – **justificativa** e **utilidade**;
- **Momento de apresentação** – **Súmula nº 19** do TCESP;
- **Momento de avaliação** – hipóteses possíveis (**análise casuística**);
- **Exame amostral** – práticas condenadas pelo TCESP:

* **suspender** a **sessão** por **tempo indeterminado** para análise;
* **impossibilitar** o **acompanhamento** do exame pelos licitantes;
* utilizar **critérios** de julgamento **não objetivos**;
* solicitar **amostras personalizadas** de todos os licitantes.

Vide: TCs 22245/026/10 (Pleno de 28/07/10) e 1115/010/10 (Pleno de 22/09/10)

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

Conformidade das Propostas
Outros Aspectos Relevantes

ME/EPP – BENEFÍCIOS DA LC 123/06 e alterações posteriores

- **Previsão** de tratamento favorecido na **CF/88** (**arts. 170, IX** e **179**).
- **Enquadramento** de ME/EPP – **receita bruta anual**:
  - **ME**: **ate** R$ 360 mil;
  - **EPP: Mais de** R$ 360 mil e **≤** R$ 3.600 mil = 4.800.000,00 (2018)
- A **prova** de **condição** de **ME/EPP** pode se dar por meio de **declaração** ou de **certidão** da **Junta Comercial**;
- **Pode-se** exigir o **balanço patrimonial**, mas **não** a **DIRPJ** da ME/EPP.

Vide: TC-5241/026/10 (Pleno de 05/05/10) e TC-16/003/07 (Pleno de 05/04/11)

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

Conformidade das Propostas

ME/EPP – BENEFÍCIOS DA LC 123/06 e alterações posteriores
- **Regularização Fiscal Tardia** – **comprovação** da **regularidade fiscal** somente será exigida para fins de **assinatura** do **contrato;**
- ME/EPP deve **apresentar**, na **fase** de **habilitação**, os **documentos** relativos à **regularidade fiscal**, **ainda** que contenham **restrições**;
- Direito de Preferência (**empate ficto**) – proposta ME/EPP até **10%** da proposta mais bem classificada (pregão até **5%**);
- Direito deve ser estendido, sucessivamente, a **todas** as **ME/EPP** que se encontrem **dentro** do percentual de **empate**;
Vide: TC-1664/010/09 (Pleno de 26/12/09)

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

Conformidade das Propostas

ME/EPP – BENEFÍCIOS DA LC 123/06 e alterações posteriores
Art. 47
Contratações públicas - **tratamento diferenciado e simplificado**
• promoção do **desenvolvimento econômico e social** no âmbito **municipal e regional**;
• a ampliação da **eficiência das políticas públicas;**
• incentivo à **inovação tecnológica**.
Regulamentado na **legislação do respectivo ente**
Vide: TC-877/989/12 (Pleno de 21/11/12)

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

Conformidade das Propostas

ME/EPP – BENEFÍCIOS DA LC 123/06 alterações posteriores

Art. 48

• Destinado **exclusivamente** à participação de **ME/EPP** nas contratações cujo valor seja de **até R$ 80.000,00**;

• Exigência de **subcontratação de ME/EPP**, desde que o percentual máximo do objeto a ser subcontratado **não exceda a 30%** do total licitado;

• Estabelecer **cota de até 25%** do objeto para a contratação de ME/EPP, em certames para a aquisição de bens e serviços de **natureza divisível**.

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

Conformidade das Propostas

ME/EPP – BENEFÍCIOS DA LC 123/06 e alterações posteriores
Art. 49
• expressamente **previstos no instrumento convocatório**;
• **mínimo de 3 fornecedores competitivos** enquadrados como ME ou EPP **sediados local ou regionalmente** e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
• **vantajoso para a administração pública** ou **não representar prejuízo** ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

Dispensa e Inexigibilidade
REQUISITOS MÍNIMOS

- **Formalização do processo**: contendo os elementos mínimos essenciais, em **todos** os **casos**, inclusive nos de **dispensa** por **valor** (art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93).
- **Justificativas**: sobre a **caracterização** da **situação emergencial**, sobre a razão da **escolha** do **fornecedor** e sobre o **preço**, quando couber (art. 26 da Lei nº 8.666/93).
- **Fracionamento do objeto**: se ocorrer com frequência durante o exercício e em valores que, somados, demandem licitação, pode configurar **fuga** de **licitação**.

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

Dispensa e Inexigibilidade
FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO

Irregularidade das aquisições, tendo em vista que:
- não restou comprovada a realização de pesquisas de preços;
- que as compras ocorreram de modo sistemático e parcelado ao longo do exercício, com valores cujo somatório daria ensejo à realização de certame;
- que a compra direta sem o competente procedimento licitatório ou a formalização de dispensa de licitação fere o inc. XXI do art. 37 da CF/88;
- que a privação de eventuais fornecedores da possibilidade de contratar com o órgão licitador violou o princípio constitucional da isonomia.

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

Dispensa e Inexigibilidade

- Objeto **singular** + **notória** especialização
- Art. 24, **inc. IV**, Lei Federal nº 8.666/93

• Casos de **emergência** ou de **calamidade pública**

• **Bens necessários** ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa

• **Parcelas de obras** que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 dias

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

- **Admissível** para **aquisição** de **bens** e contratação de **serviços comuns** (não aplicável para serviços de natureza continuada);
- **Admissível** para contratação de **serviços de engenharia** que envolvam **pequenos reparos** de **baixa monta** (não aplicável para obras de engenharia);
- **Atentar** para o adequado uso do critério de julgamento '**menor preço por lote**' ou '**menor preço por item**'.

Vide: TCs 2165/003/09 (Pleno de 10/10/12) e 3495/026/10 (Pleno de 03/02/10)

- **Possibilidade** de se **prorrogar** o **prazo** de **validade** da **Ata** de **Registro** de **Preços** dentro do limite de até 1 (um) ano;
Vide: TC-44523/026/09 (Pleno de 03/02/10)

- **Adesão** a **Ata** de **Registro** de **Preços** (**Carona**) afronta os princípios da **legalidade**, **isonomia**, **economicidade**, **vinculação ao instrumento convocatório** e **competitividade**.

Vide: TC-38240/026/08 (Pleno de 03/12/08)
TC-15244/026/08 (2ª Câmara de 29/06/10)
TC-19585/026/11 (Pleno de 06/07/11)
TC-2701/026/09 (1ª Câmara de 06/11/12)
Decreto Estadual nº 58.494/12 (revogação da figura do 'carona')

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

Contratos Administrativos
FORMALIZAÇÃO

Contrato é **obrigatório** em **concorrência, tomada de preços** e **dispensa e inexigibilidade** se o **preço for o mesmo de uma das modalidades citadas**

Facultativo - nos demais casos em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis (**carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço**)

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

Licitações/Contratos Administrativos
Resolução GP nº 07 - 14 – 23 e 38/2016

● Art. 2º Serão informados ao Tribunal - AUDESP, **até 10 (DEZ) dias úteis** contados da data da assinatura: [...]

Valor de alçada acima de : R$ 40.000,00

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

Contratos Administrativos
GARANTIAS

A **exigência** de garantia é **facultativa**, mas caso o faça deve constar já no edital

Alteração da garantia:

- **Valor contratual**
- **Prazo contratual**

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

Contratos Administrativos
FORMALIZAÇÃO

Contrato verbal só é válido para **pequenas compras de pronto pagamento** – não superior a 5% do valor do art. 23, II, da Lei nº 8666/93 (R$ 4.000,00)

Dispensável o termo de contrato para **entrega imediata** e integral dos bens, dos quais **não resultem obrigações futuras**, inclusive assistência técnica.

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

Variação do valor contratual

Reajuste de preços – **Atualização Monetária**

(Apostila)

Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro

(Termo aditivo)

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

Execução contratual

Art. 55, XIII - a obrigação do contratado de **manter, durante toda a execução do contrato,** em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, **todas as condições de habilitação e qualificação** exigidas na licitação.

Art. 57, II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua **duração prorrogada** por iguais e sucessivos períodos com **vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração**, limitada a sessenta meses.

Art. 71, § 1º - A **inadimplência do contratado**, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais **não transfere à Administração Pública** a responsabilidade por seu pagamento, **nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações,** inclusive perante o Registro de Imóveis.

Art. 71, § 2o A Administração Pública **responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato**, nos termos do art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. (Art. 195, § 3º, CF)

Art. 66, caput:

O contrato deverá ser **executado fielmente** pelas partes, de acordo com as **cláusulas avençadas** e as **normas desta Lei**, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

Sanções administrativas

Lei Federal nº 8.666/93

Atraso na execução, **inexecução** total ou parcial – advertência, multa, suspensão temporária (até dois anos) **ou declaração de inidoneidade**

Lei Federal nº 10.520/02

Diversas situações passíveis de sanção (art. 7º) – **impedimento de licitar e contratar por até 05 anos.**

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

Muito Obrigado!

Engº. Walter Zago Ujvari

Secretário de Obras

walterzago.smo@pmmc.com.br